



ATAS

Folha 33

ATA N.º 211/2024

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, no Lezíria Parque Hotel, sito na Avenida Barranco de Cegos, 22, 2600-214, em Vila Franca de Xira, reuniu, nos termos dos artigos 54.º, n.º 1 a), 57.º, n.º 1, c), 58.º, n.º 1 e 2, 59.º, 60.º, 61.º, n.º 1 dos Estatutos, a Assembleia Geral da Federação de Andebol de Portugal, em sessão ordinária, conforme convocatória de vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e quatro, do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Discussão e apreciação do Plano de Atividades e Orçamento da Federação de Andebol de Portugal para o ano de 2025.

A Mesa foi constituída pelo Presidente, Manuel Furtado de Sousa, pelo Vice-Presidente António Gil Duarte Pereira e foi secretariada por Luís Pacheco.

Dos órgãos sociais da Federação de Andebol de Portugal participaram o Presidente da Federação, Luís Miguel Morgado Laranjeiro, os membros da Direção, o Vice-Presidente Miguel Fernandes, o Vice-Presidente Joaquim Escada e o Vice-Presidente João Paulo Velez. Estiveram igualmente presentes o Presidente do Conselho de Arbitragem, João Costa, o Presidente do Conselho Fiscal, Raul Castro, o Presidente do Conselho Técnico, Carlos Cruz, o Presidente do Conselho de Disciplina, Alfredo Ramos, o Presidente do Conselho de Justiça, Pedro Mourão e o Diretor nomeado estatutariamente Manuel da Conceição.

Os trabalhos iniciaram-se pelas 11 horas e 30 minutos com a presença de 35 dos 53 delegados que compõem a totalidade dos membros ordinários da Assembleia Geral.

Apresentou, ainda, um pedido de participação na assembleia, através de meios de videoconferência, apresentado pelo Delegado da Associação de Andebol da Madeira, Bernardo Vasconcelos, pelo Delegado da União das Associações de Andebol dos Açores, Paulo Resendes, e ainda pelo contabilista certificado da Federação, Mário Bernardes, o que foi aprovado por unanimidade pela assembleia, tendo a Direção assegurado o funcionamento de tais meios de videoconferência, previstos no artigo 51.º, n.º 4 dos Estatutos. Colocou, ainda, à Assembleia geral a questão da integração na mesa de Luís Pacheco, a fim de a secretariar, o que não mereceu oposição da assembleia.

O Presidente da Mesa tomou a palavra e deu início à ordem de trabalhos, concedendo a palavra ao Presidente da Federação, que começou por agradecer a presença dos delegados



ATAS

Folha 34

à Assembleia. O Presidente da Federação fez depois uma apresentação em PowerPoint do Plano de Atividades e Orçamento da Federação para o ano de 2025, começando por enunciar os princípios em que assenta o que o Plano de Atividades, nomeadamente que é um plano prudente mas com desafios importantes, realista, com ponderação e uma ambição continuada, muito exigente para todos e que a FAP pretende trabalhar com todos e consolidar o Andebol cada vez mais a nível nacional e internacional; recordou que deixou alertas no ano passado, que infelizmente se confirmaram, com um contexto económico a nível nacional e internacional cada vez mais complexo, com uma acentuada diminuição das receitas ao nível da publicidade e dos apoios, a que acresce alguma diminuição nas próprias receitas dos jogos sociais, o que em conjunto com a falta de cultura desportiva e de não reconhecimento da importância do desporto cria elevadas dificuldades à FAP, às Associações e aos Clubes; notou que a FAP e o Andebol no seu todo não pode continuar a ser vítima do sucesso e que o Estado deverá ter a coragem de apoiar mais e discriminar positivamente quem, de facto, tem crescido sustentadamente e apresenta, ano após ano, resultados internacionais de excelência. Começou depois por abordar as atividades das Seleções nacionais masculinas, destacando a presença no Mundial de 2025 – a sétima participação consecutiva- e a qualificação para o Europeu, a disputar em 2026; nos Sub-21 o Mundial na Polónia, nos Sub-19 também o Mundial, a disputar na Eslovénia, realçando que Portugal está no Top 4 Europeu nos escalões jovens e que tal se deve a um trabalho intenso dos Clubes e da FAP na deteção de talentos e centros de Treino; quanto às Seleções nacionais femininas, realçou o regresso de Portugal e da Seleção A de seniores, ao fim de 16 anos, a um Europeu, que se disputou em novembro, e também o apuramento para o mundial de 2025; ; nas Sub-19, o Europeu, assim como os trabalhos nas Seleções de Sub-17 tendo em vista o Europeu; Já quanto ao Andebol de Praia, onde se vão fazer alguns ajustamentos aos trabalhos das seleções nacionais, destacou as seleções A de Praia no World Games, através do COP; e também a Champions Cup, a disputar em principio e de novo em Porto Santo, em ano de eleições e que estamos ainda a fechar, que tem tido um êxito assinalável; abordou ainda os trabalhos no programa de ACR, que continuam a desenvolver um trabalho excecional, destacando-se em 2025 o Torneio Internacional de Nantes, em janeiro; no geral o vasto trabalho nas Seleções nacionais, bem como a intensa atividade de estágios, jogos e competições que as várias Seleções vão efetuar no ano de 2025, área onde também poderá haver alguns ajustamentos em função dos apoios para o ano de 2025; Entrou depois nas



ATAS

Folha 35

atividades a desenvolver no Andebol 4 kids e o no MasterPlan em curso, em conjunto com a EHF, que se dirige às escolas do primeiro Ciclo, que abrange para já 23 clubes de 30 escolas, programa que está a ser articulado com as Associações Regionais; de seguida mencionou a aposta na promoção da modalidade, com as transmissões televisivas, quer de Streaming na PO1 e PO9. Na RTP (Seleção A Masculina), na BolaTv, nos canais dos Clubes, que continuam a fazer uma aposta extraordinária na modalidade, assim como no Canal 11 (Seleção Feminina); também salientou a importância da nova loja online, que foi agora desenvolvida e apresentada, assim como da Newsletter da FAP e ainda da relação com os adeptos, no sentido de proporcionar melhores experiências nos jogos. De seguida, abordou a Arbitragem, referindo-se à necessidade de continuar com o processo de formação continua, o recrutamento a nível nacional, a articulação com as Associações Regionais e os trabalhos de investigação e desenvolvimento. Falou, ainda, da Formação, e das várias atividades a desenvolver em 2025, como os cursos de Mastercoach, Grau 4 e Prolicense, para treinadores no topo da carreira, a organização de cursos em momentos importantes, coincidentes com eventos, tais como as Taças e Supertaças, realçando uma vez mais o processo de Certificação de Clubes. Antes de entrar na apresentação do Orçamento, realçou que a gestão interna da FAP continua a seguir um caminho de muito rigor, assim como a importância da representação institucional da modalidade, quer a nível nacional, quer internacional, onde a Federação tem vários dirigentes presentes e em cargos e funções de elevado prestígio.

Entrando no orçamento para o ano de 2025, no valor de 4.917.286 euros, referiu que continuará a ser um orçamento fortemente marcado e influenciado pelo aumento generalizado dos custos, nomeadamente alojamentos, alimentação, deslocações e combustíveis; a que acresce a incerteza dos apoios públicos para o ano de 2025, que conciliada com a diminuição de receitas de publicidade e também de algum decréscimo dos jogos sociais, determinam a apresentação de um Orçamento inferior ao do ano de 2024, em aproximadamente 220.000 euros, e que dependerá pois do reforço dos apoios públicos para o ano de 2025, sob pena de termos de tomar outras decisões e fazer outras opções; no âmbito do orçamento para 2025 mantêm-se os objetivos de rigor e ambição, de apoio aos clubes, a manutenção da aposta no nível competitivo das Seleções nacionais, incluindo a aposta no Andebol Feminino, embora com alguns ajustamentos e reduções, a manutenção da forte aposta na visibilidade da Marca Andebol e a consolidação do Andebol a nível nacional e internacional, incluindo nas variantes do Andebol de Praia e



ATAS

Folha 36

no Andebol 4All- onde se verificam também ajustamentos e reduções-, a manutenção da intervenção no âmbito dos projetos com o desporto escolar e a continuação e consolidação do processo de certificação de Clubes, que representa um marco histórico na modalidade, a par da contínua formação, mantendo-se uma articulação plena entre todos os agentes da modalidade. Referiu depois os princípios e critérios subjacentes à elaboração do orçamento de 2025, que continua a ser elaborado em função da especialização de Gastos e Rendimentos pelos vários Contratos-programa com o IPDJ, IP. Realçou, quanto à estrutura do orçamento, que a grande fatia vai para o desenvolvimento da atividade desportiva (DAD:2.169.170 euros) e o alto rendimento e seleções nacionais (ARSN:1.472.000); quanto à estrutura das receitas e comparando com o ano de 2024, mantêm-se a dependência dos fundos provenientes do IPDJ IP (59%), enquanto os fundos próprios serão de 36%; sublinhou que, tal como em anos anteriores, iria haver uma grande incerteza quanto aos apoios do estado para o ano de 2025, sendo que só saberemos em março/abril qual o valor concreto dos apoios. Entrando na estrutura de custos, referiu-se à Organização e Gestão, em que se verifica um valor de 1.094.016€, inferior ao do ano de 2024. No que concerne ao Desenvolvimento da Prática Desportiva terá um orçamento de 2.169.170€, também inferior ao valor do ano de 2024. Entrando na rubrica do Alto Rendimento e Seleções Nacionais, com o valor global de 1.472.000€, verificando-se aqui também uma diminuição. Entrando na Rubrica da Formação, o valor será de euros 182.100, englobando os Cursos Formação e as Ações de Formação.

Aberta a discussão, foi dada a palavra ao delegado António Rebelo, da Associação de Andebol de Santarém, que começou por fazer referência aos 100 anos do pai da Democracia, Dr. Mário Soares, realçando de seguida a importância dos cursos de árbitros de andebol, nomeadamente o facto de estarmos a conseguir formar árbitros com 14 anos, com o apoio dos pais, e que de facto a Federação e a modalidade tem que olhar para a formação dos árbitros e também dos Treinadores; registando o aumento do apoio ao financiamento das associações regionais, deixou depois uma questão à Direção da Federação, sobre se está previsto apoio para as seleções regionais. De seguida, foi dada a palavra ao delegado Manuel Moreira, da Associação de Andebol de Braga, que começou por registar com agrado o plano de atividades e o orçamento da FAP para o ano de 2025, passando de seguida à questão dos atrasos nos pagamentos aos árbitros, por parte da Federação, que muito o preocupa e que afeta também os árbitros regionais, questionando a Direção sobre tal matéria. Interveio, de seguida, o Delegado José Carlos Correia, da



ATAS

Folha 37

ANCANP, que saudou a presença da nova direção da ANCAMP, agora liderada pelo Professor José Magalhães, a quem dirigiu elogios pela sua visão e papel no desenvolvimento da modalidade enquanto Diretor do Futebol Clube do Porto; referiu que no seu entender a Mesa da Assembleia Geral deveria verificar a questão das Atas, que deviam ser aprovadas pela Assembleia e que deveríamos pensar em incluir um ponto de pós-ordem de trabalhos, onde se possam discutir vários assuntos de interesse da modalidade; mencionou de seguida a existência de um processo crime, instaurado contra ele pelo antigo Presidente do Conselho de Arbitragem, na sequência de uma intervenção sua em que o criticou na Assembleia Geral pelos custos e encargos que tinha enquanto Presidente desse órgão em Hotéis e Restaurantes; antes de passar a outras intervenções o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Manuel Furtado, esclareceu a questão das Atas, a necessidade muitas vezes de serem aprovadas logo em minuta para cumprimento de obrigações legais e contratuais da Federação, assim como admitiu desde logo a introdução de Ponto de ordem de trabalhos dedicado a "outros assuntos", incluindo já na presente Assembleia, desde que fosse a Assembleia a deliberar nesse concreto sentido, o que se verificou. Deu nota, ainda, que não devemos abordar, na Assembleia Geral, processos judiciais que se encontrem pendentes, devendo antes aguardar pelo decurso dos seus normais termos. Foi dada a palavra, de novo, ao delegado António Rebelo, da Associação de Andebol de Santarém, que pediu esclarecimentos à Direção sobre a matéria dos Diretores de Campo/Gestores de Segurança; De seguida, foi dada a palavra à Delegada Teresa Rino, da ANCAMP, que abordou a necessidade de reforçar a representação das mulheres no seio da modalidade, que deveriam ser elaboradas Ações concretas para captação de raparigas e jovens para a modalidade, tendo em vista a capacitação das mulheres para o Desporto; Foi dada a palavra ao delegado António Manso, que colocou uma questão relativa à Certificação de Clubes, mencionado que apenas 51 Clubes estão certificados e que por exemplo os 3 grandes Clubes, FC Porto, SL Benfica e Sporting Clube de Portugal não estão certificados; Pediu a palavra a delegada Patrícia Dinis, da Associação de Andebol de Leiria, começando por agradecer à Direção da FAP os apoios que concede; mencionou a intervenção da sua Associação no âmbito do Programa Andebol e Cultura, no ano de 2024 e que a FAP ainda não tinha participado tais custos; questionou a Direção sobre a composição da rubrica de 38.000 euros incluída na Formação, quanto aos Cursos de Treinadores de Grau 1 e pediu esclarecimentos sobre a questão dos atrasos nos pagamentos aos árbitros; Interveio, também, o Delegado Artur





ATAS

Folha 38

Ferreira, da ANCAMP, pedindo um esclarecimento à Direção sobre as percentagens que estão referidas no mapa resumo do Orçamento, em cada rubrica. A fim de serem esclarecidas todas as questões colocadas, o Presidente da Mesa da Assembleia, Manuel Furtado, passou a palavra ao Presidente da Federação, que indicou que tais esclarecimentos iriam ser prestados pelos Vice-presidentes Miguel Fernandes e Joaquim Escada, em função dos assuntos em causa.

Assim, foi dada a palavra ao Vice-presidente Miguel Fernandes, que começou por clarificar a matéria dos apoios às Associações Regionais, e que em concreto a eventual questão dos apoios às Seleções regionais deverá ser colocada no âmbito da negociação que cada uma das Associações Regionais tem com a FAP, tendo em vista a celebração do respetivo Contrato-programa, matéria e dossier que é conduzido pelo Diretor estatutário nomeado pela Direção, Augusto Silva; relativamente à questão dos atrasos nos pagamentos aos árbitros esclareceu que de facto é uma preocupação e uma prioridade para a FAP, que a Direção tinha estabelecido um plano de regularização, em conjunto com o Conselho de Arbitragem, mas que por vicissitudes várias ocorridas na gestão da FAP nos últimos meses, tal não correu como se previa, salientando o facto de a Direção fazer uma gestão integrada e que celebrou vários acordos de pagamento com Clubes, que iriam fazer face a parte significativa desses valores, e que só 3 clubes deixaram de pagar o valor global de 56.000 euros, nos termos desses acordos, que davam para fazer muitos pagamentos a favor da arbitragem; que as circunstâncias referidas na Assembleia Geral anterior, relativas aos processos executivos fiscais pendentes, que chegaram ao fim tendo sido necessário efetuar pagamentos de vários milhares de euros, que não estavam previstos, mas que tinham que ser assegurados por se tratarem de créditos privilegiados e de termos de ter a certidão de não dívida emitida para se poder receber apoios de entidades públicas, contribuíram para esse atraso; que não obstante tais atrasos, a Direção iria honrar tais compromissos e que essa será uma das prioridades da gestão; no que se refere à questão das Atas, sem prejuízo da sábia explicação prestada pela Mesa da Assembleia Geral, seria importante recordar que, por um lado, existe uma prática de vários anos e mandatos, de ser a Mesa a aprovar e assinar pelos seus membros as Atas, mas também que convinha recordar o Parecer do Conselho Consultivo da PGR referido na Assembleia anterior, a propósito dos poderes e competências das Mesas das Assembleias Gerais, e também o regime aplicável às Mesas das Assembleias Gerais nas sociedades comerciais, onde as Atas são aprovadas pela Mesa, sem prejuízo do direitos dos sócios poderem, a




ATAS

Folha 39

todo o tempo, solicitar retificações ao teor das mesmas; e, finalmente, o facto e circunstância de as Atas da Assembleia Geral da FAP serem todas publicadas, na íntegra, no Portal do Andebol; de seguida, esclareceu o regime legal do Gestor de Segurança, salientando que a Autoridade de Violência no Desporto tem um papel muito importante, e que tal matéria se encontra conexas com a Lei da Violência no Desporto, alterada recentemente; reforçou a necessidade de leitura atenta dos diversos comunicados e notas explicativas elaboradas pela FAP e devidamente publicitadas, salientando que os Clubes e Associações devem estar conscientes da necessidade de obter, pelo menos e até Fevereiro de 2025, a Formação de Base de Gestor de Segurança, mas que também importa perceber que as exigências se colocam em função dos requisitos e condições de lotação, de funcionamento e de segurança de cada um dos Recintos Desportivos, matéria que também foi objeto de alterações profundas na legislação aplicável e que tem provocado muitas dúvidas na sua aplicação prática. Quanto à certificação de Clubes recordou que é um processo fundamental para a organização e desenvolvimento de cada Clube, que se apresentar determinado nível de Certificação poderá recolher benefícios, também a nível da comunidade local; e que no Futebol também sucede situação idêntica, em que o Clube que apresentava o nível máximo de certificação não era nenhum dos três grandes, sendo desejável que tal processo de certificação abranja cada vez mais Clubes; esclareceu, depois, a questão da rubrica no orçamento da Formação, no valor de 38.000 euros e a sua decomposição por cada um dos seus itens, desde o diretor de curso, os formadores, a plataforma zoom, a plataforma xps, os preletores, a construção de manuais e outros; finalmente, esclareceu a questão das percentagens que estão referidas no mapa resumo do Orçamento, em cada rubrica, que no essencial têm como referência o valor do orçamento para cada uma das áreas (OG, DAD, etc) e repartem em percentagem, pelos gastos e rendimentos, o respetivo valor previsto. Tomando a palavra o Vice-presidente Joaquim Escada, começou por esclarecer a questão colocada relativa à representação das mulheres no seio da modalidade, e as Ações concretas para captação de raparigas e jovens para a modalidade, abordando os programas no seio da Federação para esse efeito, tal como o Andebol 4 Kids, as reuniões e ações que têm sido desenvolvidas a nível nacional e regional, e que tal assunto merece a melhor atenção da Federação. A finalizar, o Presidente da Federação voltou a pedir a palavra para salientar as dificuldades de gestão de um orçamento com muitos fatores de incerteza e que por isso tínhamos de apresentar um orçamento o mais realista possível, desejando a todos umas boas festas.

[Handwritten initials]

ATAS

Folha 40

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por finda a discussão do ponto único da ordem de trabalhos, que incluiu ainda outros assuntos, submetendo à votação, em conjunto, o Plano de Atividades e do Orçamento da Federação de Andebol de Portugal para o ano de 2025, que foi aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião da Assembleia Geral por encerrada cerca das treze horas e trinta minutos.

Os documentos a que se faz referência na presente ata, que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituem parte integrante da mesma.

Para que conste se lavrou a presente ata, que foi aprovada e vai assinada pela Mesa da Assembleia Geral.

A Mesa da Assembleia Geral,

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Luis Samuel da Silva Pacheco